



**Os Paradoxos da Democracia no Século XXI:
uma análise da relação entre a percepção da democracia e a
desigualdade no Brasil**

*The Paradoxes of Democracy in the 21st Century:
an analysis of the relationship between the perception of democracy
and inequality in Brazil*

*Las Paradojas de la Democracia en el Siglo XXI:
un análisis de la relación entre la percepción de la democracia y la
desigualdad en Brasil*

*Les Paradoxes de la Démocratie au XXIe Siècle:
une analyse de la relation entre la perception de la démocratie et les
inégalités au Brésil*

Letícia Figueiredo Collado¹, Natiele Pucinelli da Cunha² e Thalita Paula Gonçalves Portela³

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-5496-2422> E-mail: le.fcollado@gmail.com

² Graduada em Cinema e Vídeo pela Faculdade de Artes do Paraná, Pinhais, PR, Brasil; mestranda em Estado, Gobierno y Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-4548-5756> E-mail: natiele.cunha@gmail.com

³ Graduanda em Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-5537-5980> E-mail: portela@usp.br

Resumo

A crise da democracia representativa vem sendo muito discutida atualmente, suscitando reflexões sobre suas possíveis causas e consequências. O presente artigo se insere neste contexto e tem por objetivo contribuir para o debate contemporâneo sobre a democracia, apontando, por meio da revisão bibliográfica, paradoxos como a dualidade entre liberdades individuais e direitos coletivos, a influência do poder econômico e a conformação da nova razão neoliberal, buscando ainda estabelecer uma relação entre a percepção da população sobre a democracia com o aumento das desigualdades. Os resultados obtidos, a partir da análise dos dados sobre o apoio à democracia no Brasil e dos indicadores econômicos e sociais do país, compreendendo o período de 2008 a 2018, trazem algumas contribuições que parecem corroborar com a hipótese apresentada, relacionando a crise da democracia atual, entre outros fatores, com a insuficiência do regime democrático no combate às desigualdades, apontando ainda para uma variação nos resultados quando se considera o recorte de gênero.

Palavras-Chave: Crise da Democracia; Democracia Representativa; Desigualdade; Neoliberalismo; Gênero.

Abstract

The crisis in representative democracy is currently under intense debate, raising discussions on its possible causes and consequences. Inserted in this scenario, this paper aims to contribute to the contemporary debate on democracy, pointing out, by means of a literature review, paradoxes such as the duality between individual freedoms and collective rights, the influence of economic power and the conformation of the new neoliberal way, also seeking to establish a relationship between the population's perception of democracy and the growth of inequalities. The results obtained from the analysis of data on the support for democracy in Brazil and the country's economic and social indicators, covering the period from 2008 to 2018, bring some contributions that seem to corroborate the hypothesis presented, relating the current crisis of democracy, among other factors, to the inefficiency of the democratic regime in reducing inequalities, also pointing to a variation in the results when considering the gender profile.

Keywords: Democracy Crisis; Representative Democracy; Inequalities; Neoliberalism; Gender.

Resumen

La crisis de la democracia representativa viene siendo mucho discutido en la actualidad, suscitando reflexiones sobre sus posibles causas y consecuencias. Este artículo se inserta en ese contexto y tiene como objetivo contribuir al debate contemporáneo acerca de la democracia, señalando, a través de la revisión de la literatura, paradojas como la dualidad entre libertades individuales y derechos colectivos, la influencia del poder económico y la conformación del neoliberal, buscando también establecer una relación entre la percepción de la democracia por parte de la población con el aumento de las desigualdades. Los resultados obtenidos del análisis de datos sobre el apoyo a la democracia en Brasil y los indicadores económicos y sociales del país, que abarcan el período de 2008 a 2018, traen algunas contribuciones que parecen corroborar la hipótesis presentada, relacionada con la crisis de la democracia actual, entre otros factores, con la insuficiencia del régimen democrático en el combate de las desigualdades, apuntan también a una variación en los resultados al considerar el perfil de género.

Palabras Clave: Crisis de la Democracia; Democracia Representativa; Desigualdades; Neoliberalismo; Género..

Resumé

De plus en plus discuté à l'actualité, la crise de la démocratie représentative suscite des réflexions sur ses possibles causes et conséquences. Le présent article s'insère dans ce contexte et tiens le but de contribuer au débat contemporain sur la démocratie, signalant, à travers le cadre théorique, paradoxes comme la dualité entre libertés individuelles et droits collectifs, l'influence du pouvoir économique et la conformation de la nouvelle raison néolibéral, et proposant aussi d'établir une relation entre la perception du peuple sur la démocratie après l'augmentation des inégalités. Les résultats obtenus de l'analyse des données sur le soutien à la démocratie au Brésil et des indicateurs économiques et sociaux du pays comprenant la période entre 2008 et 2018 apportent des contributions qui semblent confirmer l'hypothèse présentée, avec le rapport entre la crise de la démocratie présente et, entre autres, l'inefficacité du régime démocratique actuel en combattre les inégalités, avec une variation des résultats quand la variable du genre est rajoutée

Mots-Clés: Crise de la Démocratie, Démocratie Représentative, Inégalité, Néolibéralisme, Genre.

Introdução

A crise da democracia mundial tem sido assunto recorrente na atualidade, mobilizando intelectuais e especialistas na busca por respostas. Não há um consenso em relação ao fim da democracia; dos mais pessimistas aos mais otimistas, há divergências sobre os caminhos que nos trouxeram até aqui e para onde estamos caminhando, mas o fato de que passamos por uma crise da democracia representativa é inegável e fica mais evidente a cada novo acontecimento político.

O objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões atuais sobre democracia, fazendo uma reflexão sobre a relação entre aumento das desigualdades e enfraquecimento do apoio à democracia no Brasil. A principal hipótese a ser discutida, a partir dos dados sobre percepção política e desigualdade, é de que a incapacidade do sistema democrático em lidar com as desigualdades afeta a percepção da população sobre a democracia. Na mesma linha, a hipótese secundária é de que essa percepção possui também um recorte de gênero, visto que as mulheres são mais afetadas pela desigualdade do que os homens.

O presente artigo está estruturado de forma a apresentar inicialmente uma breve discussão sobre o paradoxo da democracia na atualidade, problematizando a influência do neoliberalismo na crise do sistema. Em seguida, testamos a hipótese de relação inversamente proporcional entre apoio à democracia e aumento das desigualdades, utilizamos dados sobre a percepção do brasileiro em relação à democracia e indicadores econômicos e sociais, compreendendo o período de 10 anos entre 2008 e 2018. Por fim, analisamos os resultados obtidos, incluindo um recorte de gênero, que parecem corroborar com os pressupostos analisados e apresentamos as considerações finais sobre os desafios e possíveis caminhos para a democracia no século XXI.

1. Os Paradoxos da Democracia

Para Aristóteles (1998:53) “(...) o homem é, por natureza, um ser vivo político” e o espaço da política é o espaço público. Segundo o autor, dentre todos os seres vivos, o ser humano é o único que possui a palavra e o discurso como fontes de expressão do bem e do mal, do justo e do injusto e, por isso, sua existência é essencialmente política.

Hannah Arendt (1979; 2002) também faz a distinção entre o público e o privado na definição da política, mas vai além: para a autora, o lugar da política é o pensamento, a liberdade e a pluralidade, de modo que o contrário é a antipolítica, representada pela tirania, onde não há o espaço público e nem a voz, apenas o espaço privado e o silêncio. Assim, a política é o lugar, por excelência, da convivência entre os diferentes. Porém, ao contrário de Aristóteles, Arendt

não a vê como algo natural, mas sim como uma construção social que surge a partir da relação estabelecida entre os seres humanos.

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. (Arendt, 1979:17).

A partir dessas reflexões, é possível compreender a política como algo tão necessário quanto inevitável nas sociedades modernas, permeando todas as relações sociais e promovendo o embate público das mais diversas ideias. O sentido da política, em resumo, é a liberdade para buscar um mundo mais justo e "(...) sempre onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido" (Arendt, 1979:23).

Porém, com o passar dos tempos, o fim das utopias e a consolidação do neoliberalismo, estamos diante de uma ressignificação da política clássica, caracterizada por um processo de despolitização que, segundo Slavoj Žižek (2016), consiste em suavizar as dimensões conflitivas da política e desestabilizar o seu potencial de ação, que seria o ato político propriamente, em favor de uma simples administração das questões sociais, ou seja, de uma manutenção das estruturas socioeconômicas vigentes. Segundo Žižek (2016), política e democracia são sinônimos e, portanto, o objetivo da política antidemocrática é a despolitização, entendida aqui como a negação da política.

Rancière (1996) também faz uma distinção entre a "política" propriamente e o que o autor chama de "polícia", sendo essa relativa a processos que operam no consentimento das coletividades, organização e distribuição de funções, poderes e suas legitimações, enquanto a política é compreendida como um processo antagônico que rompe com as configurações existentes, deslocando os elementos do lugar que lhes é atribuído, reconfigurando assim os espaços ocupados pelas partes, parcelas e ausências.

Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos. O primeiro é o processo policial no sentido que o tentamos definir. O segundo é o processo da igualdade. Entendamos provisoriamente sob esse termo o conjunto aberto das práticas guiadas pela suposição da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante e pela preocupação de averiguar essa igualdade. (Rancière, 1996:43).

Portanto, o objetivo da política, e conseqüentemente da democracia, é a igualdade, o que inevitavelmente passa por conflitos de interesses dos mais diversos. E é justamente nesses conflitos, aprofundados pela conformação neoliberal, entre o individual e o coletivo, o Estado democrático e o domínio das oligarquias, que se dá o paradoxo da democracia apontado por Rancière.

Uma oposição clássica em relação aos tipos de democracia é aquela que coloca de um lado a democracia liberal, que restringe a atuação do Estado em favor das liberdades individuais, e do outro a democracia radical, que prioriza o coletivo em detrimento do individual. Com a queda da União Soviética, entretanto, temos o triunfo da primeira sobre a segunda e o

surgimento de um outro tipo de crítica à democracia, agora baseada na ideia do "homem democrático" movido pelo consumo desenfreado da sociedade capitalista (Rancière, 2014). O autor (Rancière, 2014), critica essa visão, visto que ela limita a democracia a uma forma de sociedade, além de ser "(...) resultado, sobretudo, de todo um processo de eliminação da figura política da democracia" (Rancière, 2014:43), sendo que a política, em sua definição clássica, é a busca do bem comum.

Um segundo ponto problematizado por Rancière (2014) é o de que a democracia em essência é baseada na total ausência de títulos para governar ou para ser governado, de forma que a democracia representativa acaba por ser uma representação daqueles que têm títulos para governar, ou seja, uma forma de oligarquia, caracterizando, segundo o autor, um Estado de direito oligárquico.

Assim, a democracia, longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade. (Rancière, 2014:101).

Para Dardot e Laval (2016), nas últimas décadas, ocorreu uma "grande virada" mundial que deriva da implantação de uma nova razão, baseada na racionalidade política e social, articulada com a globalização e a financeirização. Os autores destacam que se trata de uma reorientação da sociedade a partir de novas bases, como a generalização da concorrência, a financeirização de todas as esferas da vida, a valorização do individual em detrimento do coletivo e do privado em detrimento do público.

Tal mudança de paradigma, representada pela nova razão mundial, impõe desafios para a democracia moderna acentuando seus paradoxos, especialmente porque não se limita apenas à atuação dos governos e corporações, mas se estende também às subjetividades dos indivíduos e às relações sociais, corroendo, portanto, as estruturas, tanto formais como simbólicas, características da democracia. Desta forma, podemos dizer que "(...) a governamentalidade neoliberal não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos; ela simplesmente não é mais democrática, nem mesmo no sentido formal, mas nem por isso identifica-se com um exercício ditatorial ou autoritário do poder. Ela é ademocrática." (Laval & Dardot, 2016:381).

Outro ponto de vista sobre a crise da democracia, explorado por Runciman (2018), mas que também se insere na dualidade entre o coletivo e o individual, é o de que nos tempos passados as grandes guerras ajudavam a unir os cidadãos em torno de um objetivo comum, assim como as grandes catástrofes que outrora tinham o poder de mover as pessoas em torno de uma causa, como o meio ambiente ou a energia nuclear, mas hoje já não causam esse efeito, pois as ameaças atuais parecem muito difusas, submersas em um mundo de excesso de informação e falta de foco, para alcançar nossa preocupação imediata e gerar uma reação. Assim, para o autor, o que temos hoje é uma "democracia zumbi", com uma legião de sonâmbulos incapazes de enxergar além do virar da esquina, caminhando rumo ao desastre iminente.

As democracias conseguiram resolver muitos dos problemas existentes nos regimes anteriores (Furlan, 2018; Silva, 2022). Por outro lado, se mostram hoje ineficientes no combate

às desigualdades e, segundo Runciman (2018), reside aí uma das principais frustrações e motivos da crise atual do sistema. Uma sociedade extremamente desigual torna cada vez mais difícil a obtenção de consensos, acentuando a polarização e inviabilizando a democracia representativa. Além disso, com a fragmentação da classe trabalhadora e o neoliberalismo corroendo os laços sociais, o engajamento entre as pessoas se tornou mais difícil (Dardot & Laval, 2016). Como consequência, temos um cenário hostil e individualista, onde parece impraticável estabelecer uma visão coletiva de sociedade. Levando em conta que a democracia se baseia especialmente na confiança, o cenário atual, de desconfiança, competitividade e ódios generalizados, é um terreno cada vez mais infértil para o florescimento das bases democráticas como a da igualdade.

Como na famosa definição de Churchill, que diz que a democracia é a pior forma de governo que existe, exceto por todas as outras, ainda hoje a democracia é vista como o melhor sistema pois oferece, de acordo com Runciman (2018), benefícios coletivos e individuais de longo prazo. Porém, tais benefícios têm se mostrado cada vez mais insuficientes, como veremos nos dados apresentados a seguir.

2. Democracia Brasileira: uma década aos olhos da população

No Brasil, a percepção da população acerca da democracia representativa tem se mostrado cada vez mais negativa; dados da pesquisa Latinobarômetro¹ apontam que, entre os anos de 2008 e 2018, houve crescente insatisfação da população com o regime democrático, assim como uma queda da confiança da população nas instituições políticas que o compõem. Ao longo da década, observa-se ainda que as mulheres tendem a demonstrar menor confiança na democracia brasileira do que os homens. O Gráfico 1 ilustra a queda na porcentagem de homens e mulheres respondentes da pesquisa que acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo - não só há uma porcentagem maior de homens que afirma tal preferência, mas a queda entre as mulheres é mais acentuada do que a entre homens.

¹ Estudo de opinião pública realizado desde 1995 em 18 países da América Latina pela organização não-governamental sem fins lucrativos pela Corporación Latinobarómetro, sediada em Santiago de Chile. Para mais informações, acessar: <<https://www.latinobarometro.org/>>

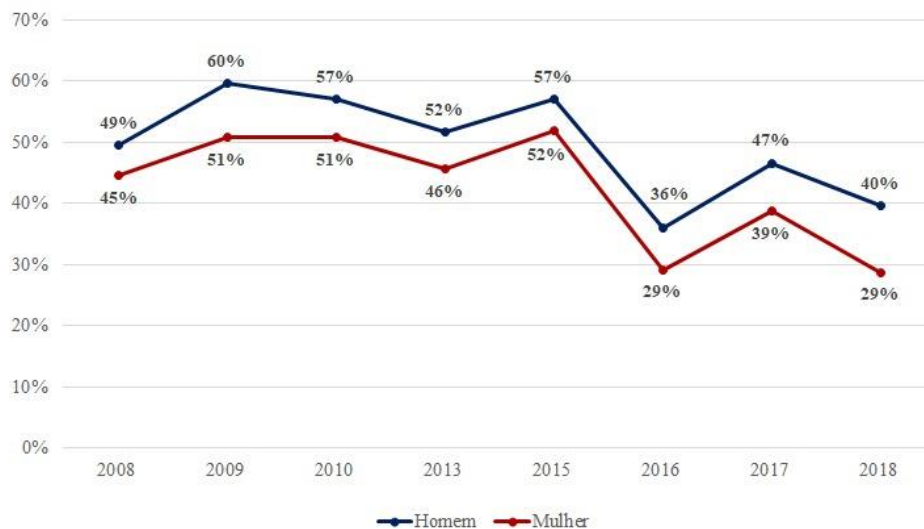


Gráfico 1. Porcentagem de brasileiras e brasileiros que acredita que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, em relação ao total por gênero. Brasil, 2008 a 2011. Fonte: elaboração própria com dados do Latinobarômetro.

Paralelamente, destaca-se o significativo crescimento no sentimento de indiferença em relação à democracia, também mais acentuado no caso das mulheres (Gráfico 2). É possível supor que os dados conferem concretude ao fenômeno apontado por Runciman (2018), no qual a insuficiência das democracias no combate à desigualdade leva à frustração.



Gráfico 2. Porcentagem de brasileiras e brasileiros que acredita que não faz diferença um regime ser democrático ou não, em relação ao total por gênero. Brasil, 2008 a 2018. Fonte: elaboração própria com dados do Latinobarômetro (2008-2018).

Ao longo deste período, o cenário social, econômico e político do Brasil variou imensamente. Desde a ocorrência da crise financeira de 2008 até as manifestações populares de 2013; o início da Operação Lava-Jato em 2014; e o impeachment da presidente Dilma em seu segundo mandato, em 2016, as instabilidades enfrentadas pela população brasileira acarretaram relevantes mudanças no contexto socioeconômico do país. Dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a taxa de desemprego atingiu o patamar de 12,3% em 2018 – crescimento expressivo em comparação com a taxa de 7,4% em 2012, primeiro ano da série histórica deste dado. A taxa de subutilização, ainda, que engloba também aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas,² apresentou aumento de 18,4% em 2012 para 24,4% em 2018 (IBGE, 2019^a).

Para além do mercado de trabalho, levantamentos do IBGE apontam também para um aumento da situação de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros – de 30,2% em 2009 para 36,7% em 2017-2018, o equivalente a 25,3 milhões de domicílios (IBGE, 2020). Ademais, verifica-se que o rendimento médio mensal real da faixa do 1% mais rico da população correspondeu, em 2018, a 33,8 vezes o valor do rendimento médio dos 50% mais pobres – R\$ 27,7 mil e R\$ 820, respectivamente (IBGE, 2019b).

A trajetória da situação socioeconômica e política do país, que pode ser verificada em inúmeros outros indicadores além daqueles aqui descritos, se mostra ainda mais preocupante quando analisada pela perspectiva de gênero. No primeiro trimestre de 2018, a taxa de desemprego das mulheres era 3,4 pontos percentuais maior do que a dos homens; no mesmo período, entre as pessoas ocupadas, o rendimento médio do trabalho principal era 23,2% menor para as mulheres do que para os homens; e mais da metade dos domicílios com insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres (IBGE, 2020, 2021). Além disso, a proporção de domicílios brasileiros chefiados por mulheres evoluiu de 34,8% em 2008 para 40,5% em 2015 (Ipea, 2017). As mulheres, portanto, atravessam tais instabilidades de forma bastante diferente dos homens, e a desigualdade de gênero presente em diversas formas no contexto brasileiro parece ter reflexo na percepção e confiança da população no regime democrático.

De acordo com Avritzer (2016), os impasses da democracia no Brasil incluem as dificuldades do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular, as manifestações de rua a partir de 2013, os escândalos de corrupção e a reação da classe média. Neste contexto e com os dados aqui apresentados, a crescente insatisfação da população com a democracia pode ser melhor compreendida. Em 2018, 60,8% dos respondentes do Latinobarômetro declararam considerar que a democracia brasileira tem grandes problemas. Entre 2008 e 2018, ainda, a queda no nível de satisfação da população com a democracia, além de expressiva, evidencia as diferenças de percepção entre os gêneros (Gráfico 3).

² Mais informações sobre as divisões do mercado de trabalho disponíveis em:
<<https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>

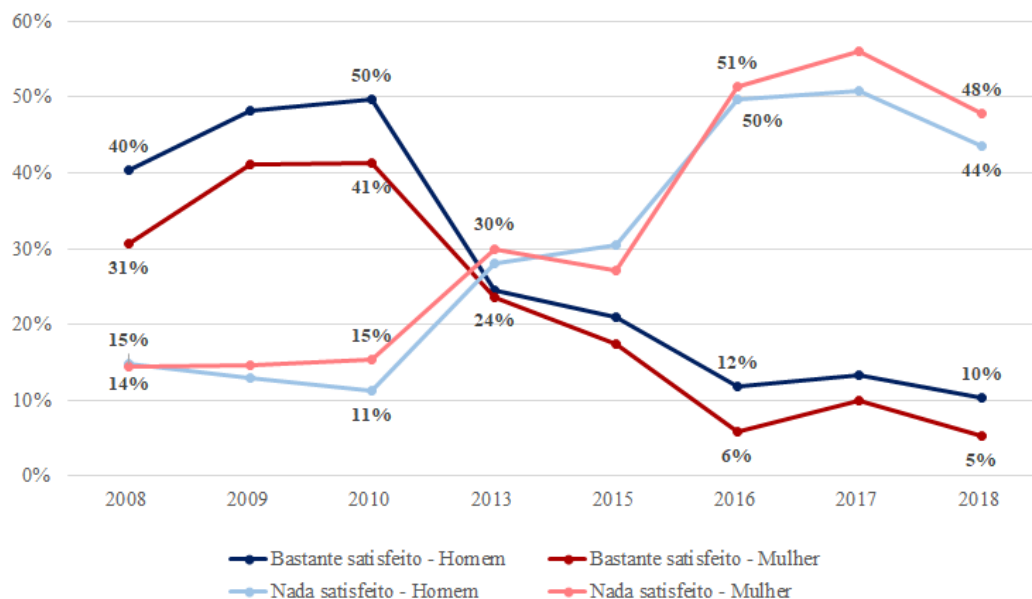


Gráfico 3. Nível de satisfação com a democracia brasileira, em relação ao total por gênero (%). Fonte: elaboração própria com dados do Latinobarômetro (2008-2018).

Em adição à percepção da democracia brasileira, o nível de confiança da população nas instituições políticas que integram o regime democrático apresenta queda entre 2008 e 2018. Destacam-se na Tabela 1 a significativa redução no nível de confiança no Congresso Nacional (21,3 pontos percentuais) e no próprio governo (35,3 pontos percentuais), especialmente em oposição ao aumento de 7,6 pontos percentuais na confiança da população na Polícia. Soma-se a isso, ainda, que 33,97% dos respondentes do Latinobarômetro passaram a considerar o Brasil um país em retrocesso em 2018, frente a 9,4% em 2008.

Tabela 1. Porcentagem de pessoas com nível de confiança alto ou médio em instituições selecionadas, em relação ao total por gênero.

	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018
Congresso Nacional	3,6%	1,7%	3,7%	0,5%	8,3%	8,6%	2,9%	0,7%	2,3%
Poder Judiciário	1,3%	1,6%	1,1%	9,0%	1,2%	1,7%	8,6%	6,9%	2,8%
Governo	2,4%	7,0%	5,0%	9,3%	8,6%	8,8%	,4%	,1%	,1%
Partidos políticos	0,3%	0,4%	4,0%	5,8%	0,9%	0,1%	0,7%	,7%	,2%
Polícia	9,4%	6,0%	0,1%	4,7%	3,8%	6,6%	8,3%	4,1%	7,0%

Fonte: elaboração própria com dados do Latinobarômetro (2008-2018).

O descrédito nas instituições e a desconfiança na democracia verificados nos dados realçam, portanto, o processo de desestabilização do potencial de ação da política colocado por

Žižek (2016), que se consolida com a permanência do neoliberalismo e cuja essência se opõe àquela da política efetivamente democrática, de acordo com o autor. Curiosamente, este distanciamento - gerado não só pelo exercício de políticas neoliberais, mas pelo neoliberalismo como racionalidade predominante em todas as esferas da vida, - entre democracia e população, não necessariamente leva à identificação desta última com um regime autoritário, conforme apontado por Laval & Dardot (2016). Este quadro, apesar de paradoxal, resgata o questionamento da genuinidade de uma democracia dentro do contexto neoliberal.

Uma versão esvaziada da democracia tem o perigo de nos acalantar com uma falsa sensação de segurança. Podemos continuar a confiar na democracia e recorrer a ela como salvação, ao mesmo tempo que fervemos de irritação com sua incapacidade de corresponder às nossas expectativas. A democracia pode entrar em falência mesmo permanecendo intacta. (Runciman, 2018:8).

Neste contexto, o cenário brasileiro de profunda desigualdade e a resposta insatisfatória do regime democrático para sua superação parecem contribuir com a mudança de ponto de vista da população em relação à democracia do país. As desigualdades de gênero, ainda, se fazem presentes de forma constante no que tange a percepção do regime democrático, demonstrando a importância desta perspectiva em estudos sobre a democracia brasileira. Em que pesem as ressalvas no que se refere à exploração dos dados, nem sempre estatisticamente significativos neste estudo, as tendências aqui apresentadas indicam, minimamente, fatores relevantes para este debate.

Considerações Finais

Em última instância, concluímos, a partir das leituras e do que aponta a análise dos dados, que o cerne da crise da democracia representativa não está na democracia em si, mas no próprio modo de reprodução do sistema capitalista e na sua incapacidade de lidar com as desigualdades. Ao contrário, a nova razão neoliberal fomenta tais desigualdades a partir da concorrência generalizada, afastando qualquer possibilidade de solução que tenha no bem coletivo sua prioridade.

O que presenciamos no atual momento político brasileiro é um retrocesso do chamado Estado democrático de direito. Por meio dos dados apresentados, é possível depreender que os eventos que se sucederam nos 10 anos analisados (2008 a 2018), em contexto de desmonte do bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo, contribuíram com a queda da confiança dos brasileiros, em especial das mulheres, no regime democrático. Com o aumento do desemprego, perda do poder de compra, reforma previdenciária, reforma trabalhista e sucateamento dos serviços públicos essenciais dos últimos anos, verifica-se um processo de desilusão da população brasileira com os órgãos públicos, que tem efeito negativo em sua relação com o regime

democrático. A democracia, portanto, só é exercida plenamente quando está alinhada ao combate das desigualdades, do contrário ela se torna apenas um mito.

Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), esse descontentamento com o poder público abriu espaço para líderes demagogos como Trump e Bolsonaro entrarem em cena. Um dos pontos em comum entre os dois é seu discurso firme e paternalista onde ambos prometem romper com o ciclo político, ou seja, romper com esse Estado que pouco entrega. De acordo com Runciman (2018:154) "essa lacuna — entre o que é prometido [pela democracia] a cada um como indivíduo e o que é proporcionado à sociedade como um todo — deixa muito espaço para propostas alternativas", como por exemplo a de regimes autoritários.

Assim, podemos inferir que o sucateamento dos direitos sociais e a ascensão do neoliberalismo criam um terreno fértil para que movimentos antidemocráticos floresçam. Essa dinâmica acaba gerando um ciclo vicioso, onde líderes antidemocráticos não inserem pautas de combate à desigualdade na agenda e o aumento das desigualdades provoca a reeleição desses líderes, por consequência enfraquecendo ainda mais a democracia.

Durante o período analisado, o Brasil saiu do Mapa da Fome (ONU) em 2014, apenas para retornar a ele agora em 2021 (Goulart, 2021). Como dito por Bobbio (1995), a conquista dos direitos não garante que eles serão mantidos, exigindo constantemente que novas batalhas sejam travadas para a manutenção dos benefícios sociais duramente conquistados. Pelo caminho da história haverão perdas e ganhos, mas fato é que as perdas de conquistas sociais desses 10 anos parecem produzir mais efeito sobre os brasileiros do que os ganhos, sobretudo para as mulheres, que são historicamente mais afetadas pelas desigualdades. Os dados apresentados neste artigo permitem ainda supor que a crescente percepção negativa da democracia brasileira se faz mais presente entre mulheres, pois estas são mais impactadas pelas diversas consequências da nova razão neoliberal.

Para Rancière (2014), entender o significado da democracia passa também por compreender as disputas de sentidos que envolvem essa palavra.

Em certo sentido, portanto, o novo ódio à democracia é apenas uma das formas da confusão que afeta o termo. Ele duplica a confusão consensual, fazendo da palavra 'democracia' um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em 'fenômenos de sociedade', ao mesmo tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade. (Rancière, 2014:165).

Assim, reconhecer os paradoxos da democracia, bem como as disputas que fazem parte da sua construção e legitimação, é o primeiro passo para refletir sobre novos caminhos e possibilidades. Para Erik Olin Wright (2017) existem duas formas de enfrentar o sistema capitalista: 1. Pelo voto eleitoral, elegendo representantes anticapitalistas; e 2. Por meio da legislação, onde usa-se a Constituição para "manter o capitalismo selvagem na coleira". Como explicado em seu livro "Como ser Anticapitalista no século XXI?", a primeira forma de enfrentamento não é a mais eficaz, dependendo do contexto, pois mesmo que sejam eleitos líderes socialistas, estes ainda estariam inseridos no modelo capitalista global e, sendo assim, não conseguiriam implementar reformas estruturantes fortes o bastante para romper com o sistema por completo. Já a segunda forma de enfrentamento não visa reformas estruturantes,

mas sim meios (legislativos) de controlar o capitalismo para que este não prolifere descontroladamente desigualdades.

Dardot e Laval (2016), por sua vez, como oposição ao sistema atual, propõem um rompimento e a criação de uma outra razão do mundo: a razão do comum. Para os autores, não há como retornar a um ponto anterior ao neoliberalismo, é preciso a adotar uma "contraconduta" como meio de resistência a essa governabilidade neoliberal, uma nova conduta tanto na relação consigo mesmo como na relação com os outros, gerando assim um movimento coletivo composto pela soma de contracondutas de cooperação.

Referências Bibliográficas

- Arendt, Hannah. (1979). *Verdade e política: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, Hannah. (2002). *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Aristóteles. (1998) *Política*. Livro I. Lisboa: Vega.
- Avritzer, Leonardo. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bobbio, Norberto. (1995). *Dicionário de Política*. 7ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Carretero, Gustavo H. (2021). Particularidades Históricas e Sociais do Entrelaçamento Entre Capitalismo, Questão Social e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 11(1), 81-97. Acessado em 6 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v11p81-97>
- Dardot, Pierre., & Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
- Furlan, Vinícius. (2018). Uma Análise Psicopolítica do Fascismo Brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 39-53. Acessado em 26 de julho de 2021, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v8p39-53>
- Goulart, Josette. (2021, 30 de abril de). Brasil volta ao mapa da fome e começa a chegar ajuda global. *Revista Veja*. Acessado em 26 de julho de 2021, de: <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-e-comeca-a-chegar-ajuda-global/>
- IBGE. (2021). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Acessado em 29 de julho de 2021, de: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/nordeste>
- IBGE. (2019a, 31 de janeiro de). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização é de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2018. Acessado em 29 de julho de 2021, de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23651-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-23-9-no-trimestre-encerrado-em-dezembro-de-2018>
- IBGE. (2019b, 16 de outubro de). PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Acessado em 29 de julho de 2021, de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>
- IBGE. (2020, 17 de setembro de). 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. Acessado em 01 de agosto de 2021, de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>
- IPEA. (2017). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Acessado em 01 de agosto de 2021, de: <https://ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

LATINOBARÓMETRO (2008-2018). Resultados por país: Livros de Códigos por País/Año. 2008 a 2018. Acessado em 28 de julho de 2021, de: <https://www.latinobarometro.org/latCodebooks.jsp>

Levitsky, Steven., & Ziblatt, Daniel (2018). *Como as democracias morrem?* Rio de Janeiro: Zahar.

Rancière, Jacques. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Rancière, Jacques. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.

Runciman, David. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.

Silva, Alessandro Soares da. (2022). Confrontando o Fascismo e o Totalitarismo e Defendendo a Democracia e as Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 12(2), I-XI. Acessado em 28 de setembro de 2023, de: <https://doi.org/10.11606/rgpp.v12i2.207490>

Wright, Erik O. (2017). *Como ser anti-capitalista no século XXI?* São Paulo: Boitempo.

Žižek, Slavoj. (2016). *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo.

Recebido em 05/08/2021.

Revisado em 12/09/2022.

Aceito em 11/02/2023.